

Treze anos são passados sobre a data inesquecível do 25 de Abril de 1974.

Treze anos decorreram já sobre a gloriosa madrugada que a todos nos enche de profundo orgulho, pela acção libertadora do povo português, em que tivemos a honra de participar.

Pretendia-se, então, que o povo português reconquistasse a sua própria liberdade, não mantivesse outros povos subjugados, retomasse o caminho da democracia e procurasse recuperar o tempo e a distância em relação aos povos do seu próprio mundo.

Tarefas espinhosas e difíceis, mas aliciantes como todas as que procuram alcançar a liberdade, a justiça e o bem estar para toda a comunidade.

Tarefas que foram sendo construídas com a participação da grande maioria da população e onde os militares, naturalmente e nos primeiros anos, tiveram um papel determinante.

Numa atitude consciente, determinada e coerente, os autores concretos do 25 de Abril garantiram a estabilidade democrática, criaram as condições para o seu aprofundamento e entregaram todo o poder, que revolucionariamente haviam obtido, aos representantes do povo, democraticamente escolhidos. Atitude que importa recordar, de que, como militares de Abril, muito nos orgulhamos, porque representa o cumprimento das nossas promessas e, pela sua natureza excepcional, dignificou Portugal no conceito das Nações.

Cinco anos são passados sobre o fim da intervenção dos militares, enquanto tal, na vida política portuguesa. A memória das pessoas é curta. Convém, portanto, recordar alguns aspectos desse período. Recuando no tempo, recordamos que os detratores de Abril, com a falta de escrúpulos que lhes é própria, acusaram então os militares de todos os males da sociedade portuguesa. Para esses inimigos da democracia plena, eram os militares que obstavam a um bom

funcionamento democrático, provocavam um mau relacionamento com os países de expressão oficial portuguesa, não resolviam o problema de Timor, não facilitavam o desenvolvimento do país em marcha acelerada, enfim eram eles os responsáveis por tudo o que de mau se dizia existir e por tudo o que de bom se não conseguia realizar.

Incapazes de se afirmarem conformes com a sua própria natureza de exploradores da generalidade da população, temerosos de assumirem claramente a defesa de privilégios de classe, aproveitaram a intervenção específica dos militares - intervenção por eles fomentada e defendida para um período transitório - para justificarem todos os males que eles próprios provocavam.

Hoje, passados cinco anos, é com uma forte repulsa e indignação, mas também com uma enorme preocupação, que assistimos ao renovar de ataques aos militares de Abril, por parte dos que muito prometem mas pouco fazem e são precisamente os que mais usufruem da situação gerada por esses mesmos militares. Mais uma vez, procurando disfarçar as suas insuficiências e incapacidades, tentam arranjar bodes expiatórios para as suas próprias falhas.

Nesse espaço de tempo, no entanto, os militares desligaram-se da vida política activa ou nela se envolveram apenas no total respeito pelas regras democráticas. Seria de esperar que os acusadores crónicos, deixados no poder sem a companhia dos militares, aproveitassem a oportunidade e tudo resolvessem, a bem do povo que neles acredita quando lhes confere o seu voto.

Em vez disso, a que assistimos?

Os males, que se dizia serem provocados pela acção dos militares, continuam. E a esses, outros se juntaram. Os escândalos de corrupção e clientelismo aumentaram assustadoramente; as dificuldades económicas das empresas são cada vez maiores; o desemprego atingiu níveis nunca antes verificados;



a praga social dos salários em atraso foi a grande originalidade que em Portugal se inventou nos últimos anos; a perspectiva de futuro para os jovens é bem negra; os idosos cada vez vivem pior; a exploração do trabalho infantil renasce e progride assustadoramente; os "valores" de antes do 25 de Abril são mantidos através de uma estudada desorientação do sistema de ensino; em suma, e generalidade dos direitos sociais dos portugueses, apesar de consignados na lei fundamental, vêm deslizando, durante os últimos anos, num verdadeiro plano inclinado. Por outro lado, a nossa política externa desnorteia-se e dá origem a imagens degradantes, por manifesta falta de autonomia; retoma-se um discurso político ameaçador das mais elementares regras da democracia; caminha-se na senda da subordinação do poder político ao poder económico; provoca-se a agitação dos militares; manipula-se e intoxica-se a opinião pública a níveis intoleráveis; reinstala-se a todos os níveis um estado de medo próprio ao florescimento de iluminados.

Como resultado, tendo-se partido de uma base de inesquecível participação colectiva, fria e lentamente sufocada, desencadeia-se e alimenta-se o mais exarcebado individualismo.

E tudo isto, hipocritamente, em nome do 25 de Abril!

Não constestamos, com estas afirmações, o regresso dos militares a quartéis. Queremos manter-nos coerentes connosco próprios e com o nosso passado. Só prometemos o que pensamos poder cumprir, não dizemos hoje para desdizermos amanhã, nem criticamos nos outros o que fizemos ontem ou sabemos ir fazer amanhã.

Lamentamos, no entanto, que ao retirar dos militares da cena política se tenha seguido o libertar de tanta força negativa, de tanto revivalismo

Revivalismo que fomenta as perseguições aos militares de Abril, que têm sido prejudicados pelo seu empenhamento na defesa das liberdades e da democracia.

Perseguição de que a Associação 25 de Abril vem sendo igualmente alvo por parte dos que lhe deviam mais respeito e consideração, mas que procuram criar-lhe dificuldades várias, pois não lhe perdoam a sua independência e a defesa intransigente dos valores de Abril. Perseguição que, quando vinda directa ou indirectamente de órgãos de soberania, fica francamente mal a quem a pratica e empobrece o país. Mas que a nós apenas nos atinge enquanto cidadãos, pois em termos de 25 de Abril e de tudo o que ele representa não é possível atingir-nos, porque à História pertencemos já.

Seja-nos permitido fazer aqui um parêntesis para realçar e enaltecer a posição da Assembleia da República e do seu Presidente, pela maneira altamente honrosa como nos tem distinguido.

A Associação 25 de Abril não pretende ter intervenção política. No entanto, como depositária dos valores e dos ideais dos que, numa bela madrugada de Abril, avançaram para a libertação do seu povo do jugo da mais velha ditadura da Europa, sente toda a legitimidade para se assumir como a sua consciência e se transformar no referencial para os que continuam a pugnar pela defesa desses valores. É nessa sua intervenção cívica que entende alistar a opinião pública para o desvio rápido e deliberado dos caminhos da liberdade e da democracia nascidos com o 25 de Abril.

Não queremos terminar, no entanto, com uma imagem de pessimismo e derrotismo.

Felizmente que, a par de tudo o que referimos, muito de positivo se tem realizado também em Portugal. O poder autárquico, o poder regional, as associações de base, são responsáveis por muitos aspectos positivos da vida portuguesa. Os agentes culturais, escritores, poetas, pintores, cineastas, actores e tantos outros, criadas as condições de actuação livre e sem peias,

souberam protagonizar uma verdadeira explosão criativa, mantendo e fazendo renascer os valores culturais portugueses.

Por tudo isto e porque acreditamos no povo português, a nossa permanente esperança de um futuro melhor para os portugueses, só possível se os valores de Abril forem uma realidade.

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA PORTUGAL

